

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HIDRICOS – CEHIDRO.

Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às 09h 21min na Sala de Situação da SEMA/MT, ocorreu a 15ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Aprovação da Ata da 46ª Reunião Ordinária; Informes; Apreciação da Minuta de Resolução nº 59 que aprova das Metas de Cooperação Federativa e Metas de Fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos referentes ao Programa de Consolidação do Pacto pela Gestão das Águas – PROGESTÃO para o período de 2013 a 2017; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Sr. Nédio Carlos Pinheiro, Secretário Executivo do CEHIDRO, assessorado pela Sra. Sibelle Jakobi, Secretária do CEHIDRO e registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Sra. Vera Lucia Dias Lopes, representantes da SES; Sr. José do Carmo Ferraz Filho, representante da SICME; Sr. Décio Elói Siebert, representante dos COMITÊS; Sr. Luciana Luzia da Silva Calçada Barreto, representante da CAB; Sra. Alessandra Panizi, representante da FIEMT; Sr. Joilson da Silva Fonseca, representante da VITÓRIA RÉGIA; Sr. Edson Eugenio Bruemuller, representante da MARAJÁ; Sr. Marcio Roberto Queiroz Gonçalves, representante da AESA. O Secretário Executivo iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e pedindo desculpas pela reunião não ocorrer em um auditório como é de costume, destacando que ocorreu um desentendimento quanto a reserva do Auditório Pantanal da SEMA e devido a urgência da reunião achou-se por bem não adiar a mesma. Informou aos conselheiros que o local de realização é a Sala de Situação, cujo conceito foi apresentado para eles anteriormente em Plenária, destacando que a mesma ainda não foi oficialmente inaugurada e por isto ainda não apresentada aos conselheiros, destacando que o lançamento ocorrerá quando a mesma estiver com todos os equipamentos em funcionamento e plenamente em operação, ponderando que todos os equipamentos da sala foram cedidos pela ANA, através de um termo de cooperação técnica assinado no ano de 2012, cabendo à SEMA colocá-la em operação e ceder os técnicos necessários. Colocou aos conselheiros que o objetivo desta reunião extraordinária é apresentar aos conselheiros as metas para o PROGESTÃO, destacando que o Programa já foi apresentado em reunião anterior aos conselheiros e cabe ao CEHIDRO aprovar e acompanhar o cumprimento destas metas. Ponderou que as metas que serão apresentadas foi feita a partir da reunião realizada com técnicos da ANA aqui em Cuiabá nos dias 16 e 17 de setembro, onde foi feita uma análise da gestão dos recursos hídricos no Estado e esta avaliação subsidiou a proposta que será apresentada a seguir pelo Sr. Luiz Noquelli. Deu seguimento à pauta colocando em apreciação a Ata da 46ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos questionando se algum conselheiro teria alguma alteração a fazer, ninguém se manifestando o Secretário Executivo colocou em votação a Ata da 46ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a qual foi aprovada por unanimidade. O Secretário Executivo passou então a palavra à Secretaria do CEHIDRO, para que a mesma

37 colocasse os informes aos presentes. A Secretaria do CEHIDRO iniciou os informes lembrando aos
38 conselheiros que durante os dias 14 a 18 de outubro ocorrerá em Porto Alegre-RS o XV ENCOB,
39 destacando que irão como representantes da SEMA o Secretario Executivo do CEHIDRO e o SR.
40 Lauro, técnico da SEMA na Unidade de Tangará da Serra e integrante do Comitê do Sepotuba, sendo
41 complementada pelo Sr. Décio Siebert que o mesmo também irá participar do evento, através do
42 apoio da WWF, o qual destacou ainda que irá apresentar o pacto em Defesa das cabeceiras do
43 Pantanal como um resultado obtido a partir da Moção aprovada pelo Fórum Nacional dos Comitês de
44 Bacia Hidrográfica durante o XIV ENCOB. Em seguida colocou aos conselheiros que foram
45 agendadas reuniões da CTAS e da CTIntegração, ficando a reunião da CTAS para o dia 09 de
46 outubro as 13h 30min na sala do CEHIDRO, sendo a pauta da mesma analisar a possibilidade de
47 utilização das águas subterrâneas para a irrigação de culturas, e a CTIntegração ficou agendada
48 para o dia 10 de outubro as 09h na Sala de Situação, tendo como foco a adequação às demandas da
49 SURH e da SUIMIS da Minuta de Resolução Conjunta CEHIDRO/CONSEMA sobre barramentos, ao
50 que o conselheiro Joilson Fonseca sugeriu que a CTIntegração fosse alterada para o dia 24 de
51 outubro as 09h, o que foi aprovado pelos conselheiros presentes. A Secretaria do CEHIDRO colocou
52 que é necessário se definir os integrantes da Câmara Técnica de Instrumentos Econômicos, a qual foi
53 criada na 46ª Reunião Ordinária, destacando que no decorrer da semana deverá estar encaminhando
54 email solicitando aos conselheiros que manifestem interesse em participar da mesma. Em seguida a
55 Secretaria do CEHIDRO colocou aos presentes que na ultima reunião foi feita uma solicitação para
56 que fosse feito um levantamento nos estados da documentação exigida para concorrer a um assento
57 como usuário da água e organização não governamental nos respectivos Conselhos, destacando que
58 fez o levantamento, conseguindo encontrar informações de oito estados, sendo que em três deles
59 não existe o processo eleitoral, pois as entidades são elencadas nos decretos que os regulamentou,
60 ponderando que nos demais, no caso dos usuários, a indicação é feita entre os seus pares, através
61 das figuras das associações de cada classe, ou então através da inscrição no processo eleitoral
62 exigindo-se como documentação a outorga de direito de uso como comprovação de que são
63 usuários. Complementou que no caso das organizações não governamentais, é exigida a
64 apresentação de documentação comprobatória da atuação, porem são mais descritivos que o padrão
65 de edital que normalmente utilizamos. Ponderou que o edital será adequado de forma a aproximar-se
66 dos exemplos encontrados nos demais estados, exigindo-se a apresentação da outorga, no caso dos
67 usuários, e se elencando de forma mais detalhada a documentação passível de ser apresentada
68 como comprovação de atuação pelas organizações não governamentais, destacando que o edital e a
69 portaria que compõe a Comissão Julgadora deverão ser publicados em breve, estando-se
70 aguardando somente a indicação do membro do Ministério Público para a mesma. A conselheira
71 Alessandra Panizi questionou se as nove vagas serão distribuídas de alguma forma entre
72 representantes não governamentais e usuários de água, sendo respondida pela Secretaria do

73 CEHIDRO que o critério será somente ter representantes das três bacias do estado e o numero de
74 votos, ponderando que para as próximas eleições, devido à maior disponibilidade de tempo e da
75 necessidade de alteração do Decreto, serão estudadas novos formatos de eleição. A Secretária do
76 CEHIDRO mencionou sobre a tramitação do PL 315, passando então a palavra para o técnico da
77 SURH Sr. Luiz Noquelli, onde o mesmo explicou que o PL 315 é um projeto que pretende alterar o
78 percentual do repasse financeiro pela geração de energia elétrica que hoje é de 45% aos Estados,
79 45% aos municípios e 10% a União, passando a ser 10% para a União, 65% para os municípios e
80 25% para os Estados. Salientou que esta alteração afetará consideravelmente toda a estrutura da
81 política de recursos hídricos dos Estados, pois este repasse via de regra é recebido pelos Fundos
82 Estaduais, atendendo a demanda dos Comitês de Bacias, membros integrantes do Sistema Estadual
83 de Recursos Hídricos. Após sucinta explanação sobre o PL, informou que já esta em tramitação no
84 Senado Federal, onde já ocorreram dois votos, um contrário e outro a favor do PL. O voto contrário é
85 o do Senador Aécio Neves, pois o mesmo entende a real situação das questões hídricas no Brasil e
86 as necessidades de um gerenciamento mais efetivo das águas, pois atuou diretamente nas questões
87 hídricas no Estado de Minas Gerais, apoiando sua gestão e fortalecimento do referido sistema. Já o
88 voto a favor foi do Senador Sérgio de Souza que inclusive fez uma emenda ao PL, à solicitação foi
89 incluída na sessão deliberativa ordinária que acontecerá no dia 15/10/2013. Após deliberação será
90 encaminhada para outras Comissões do Senado. O Conselheiro Décio Siebert colocou que participou
91 de um evento promovido pela TNC, onde foi feito o lançamento da tradução para o português do livro
92 “pegada Hídrica”, destacando que o mesmo é muito interessante para pessoas da área e apresenta
93 uma nova metodologia para a análise do consumo de água pelas pessoas, comprometendo-se a
94 verificar se o mesmo pode ser disponibilizado em PDF para os conselheiros. Dando continuidade à
95 pauta o Secretario Executivo passou a palavra ao Sr. Luiz Noquelli, Analista de Meio Ambiente da
96 SEMA para que o mesmo apresentasse as metas do PROGESTÃO. O Sr. Luiz Noquelli Iniciou a sua
97 apresentação colocando que é muito bom voltar a ter contato com o Conselho, uma vez que todos os
98 temas relacionados com recursos hídricos passam pelo mesmo, ponderando que ficou responsável
99 por acompanhar o PROGESTÃO, destacando que ira apresentar sucintamente o que é este
100 Programa e a metodologia utilizada, para conhecimento e também as metas estabelecidas em
101 conjunto com a ANA, durante reunião nos dias 16 e 17 de setembro, para apreciação. Em seguida
102 apresentou aos conselheiros os objetivos do PROGESTÃO, suas diretrizes e fez um breve histórico,
103 destacando que as conversas em torno de um programa com o objetivo de fortalecer os órgãos
104 gestores já ocorrem desde 2011, porem somente em 21 de março de 2013, para celebrar o Dia
105 Mundial da Água e o Ano Internacional de Cooperação pela Água, o Ministério do Meio Ambiente –
106 MMA e a Agência Nacional de Águas – ANA lançaram oficialmente o Programa, com a assinatura da
107 Resolução ANA nº 379, que aprova o regulamento do PROGESTÃO. Leu para os presentes o artigo
108 7º da Resolução ANA nº 379/2013, destacando que o CEHIDRO obrigatoriamente tem de aprovar as

109 metas que deverão ser cumpridas no decorrer do Programa, bem como acompanhar o cumprimento
110 destas para posteriormente certificar para a ANA que as mesmas foram atendidas, o que dará direto
111 as parcelas subsequentes, integral ou parcialmente. Destacou que após a aprovação do quadro de
112 metas e a assinatura do contrato já será paga a primeira parcela, no valor de R\$750.000,00
113 (setecentos e cinquenta mil reais), uma vez que a única exigência para o pagamento da mesma é
114 que o CEHIDRO aprove as metas, visando inclusive fortalecer assim o Conselho junto ao Governo.
115 Após esta primeira parcela, já em março de 2014 poderemos receber a segunda parcela, podendo
116 chegar até o valor máximo de R\$750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), dependendo da
117 porcentagem de metas acordadas cumpridas, destacando novamente que o CEHIDRO é que irá
118 certificar à ANA o cumprimento ou não das mesmas, assim se procedendo nas três parcelas
119 consecutivas. Colocou aos conselheiros que o Estado já cumpriu algumas etapas na adesão ao
120 PROGESTÃO, sendo a primeira delas edição de um Decreto aderindo ao Programa, que foi
121 publicado sob o nº 1.815 no dia 20 de junho de 2013, onde coloca em no Parágrafo Único do seu Art.
122 1º a SEMA, através da SURH, como responsável pela coordenação das ações do poder executivo
123 estadual inerentes à implementação do Pacto. O passo seguinte foi enviar à ANA um ofício
124 solicitando a sua inscrição no PROGESTÃO, junto com documentos necessários para a elaboração
125 do Contrato, formalizado através do Ofício nº 1.486/GAB-SEMA-MT/2013 em 02 de julho de 2013. O
126 próximo passo que se encontra em andamento é a abertura de uma conta em nome da SEMA para
127 receber os recursos do Pacto, que não irão entrar na conta única do estado, mas sim nesta conta que
128 ficará sob o controle da SURH, e enviar para a ANA uma declaração da abertura da mesma com o
129 seu respectivo numero, e por ultimo, é feita a assinatura do Contrato entre a ANA, representada pelo
130 seu Presidente Sr. Vicente Andreu, a SEMA, representada pelo Secretario de Estado do Meio
131 Ambiente Sr. José Esteves de Lacerda Filho e tendo como testemunha deste contrato o Governador,
132 Sr. Silval Barbosa, como forma dele integrar realmente o processo. Destacou que as metas que serão
133 apreciadas hoje serão um anexo do Contrato, por isto a necessidade de se convocar esta reunião.
134 Dando continuidade, apresentou aos conselheiros as Metas Federativas, ponderando que elas são
135 iguais para todos os estados variando somente de acordo com a tipologia em que o mesmo for
136 enquadrado, e obrigatoriamente devem ser atendidas durante o Programa. Destacou que as três
137 primeiras metas já são atendidas pela SEMA na tipologia B, que é a proposta de enquadramento da
138 gestão dos recursos hídricos no estado apresentada pela SEMA. Ponderou que para a meta nº 02,
139 que trata da disponibilização de informações de águas subterrâneas para o SNIRH, temos a
140 informação porem ainda não temos o programa, sendo complementado pelo Secretario Executivo
141 que a ANA ainda não disponibilizou o sistema, por isto a meta é considerada atendida tanto pela ANA
142 quanto pela SEMA. A conselheira Alessandra Panizi questionou se as informações estarão
143 disponíveis somente para o órgão gestor ou se a sociedade também terá acesso, sendo respondida
144 pelo Secretario Executivo que serão disponibilizadas à sociedade, destacando que existem diversas

145 formas de se acessar o CNARH e obter algumas informações, porem caso necessite de dados
146 complementares pode solicitar. A conselheira Alessandra Panizi ponderou que é mais difícil obter
147 através da solicitação, pois é necessário vir a SEMA e parar um funcionário que estava fazendo outro
148 serviço, sendo colocado pelo conselheiro Joilson Fonseca que na ANA você pode solicitar por email e
149 a resposta é muito ágil. O conselheiro Décio Siebert complementou que várias informações estão
150 disponíveis através do manual de conjuntura, que é muito completo e tem sido sua fonte de dados. O
151 conselheiro José Ferraz questionou como está a relação entre a ANA e a ANEEL para a obtenção de
152 dados, ao que o Sr. Luiz Noquelli respondeu que já foi normalizado. O Sr. Luiz Noquelli deu
153 continuidade às metas federativas, colocando que em relação à meta 04 que trata da prevenção de
154 eventos hidrológicos críticos, será adaptado o manual de operações da Sala de Situação fornecido
155 pela ANA e a manutenção preventiva citada já tem sido realizada, sendo complementado pelo
156 Secretario Executivo que os dois técnicos da SEMA já atuantes na Sala de Situação encontram-se na
157 ANA fazendo uma capacitação sobre a operacionalização da mesma e iremos receber ainda um
158 geógrafo para a Sala. Dando continuidade, o Sr. Luiz Noquelli colocou que a meta nº 05, que trata da
159 atuação para segurança de barragens será cumprida pois são poucas barragens que a Lei de
160 Segurança de Barragens engloba e a classificação das mesmas já está pronta. O conselheiro Joilson
161 Fonseca questionou se esta meta tem de ser atendida ate março de 2014, sendo respondido
162 afirmativamente pelo Sr. Luiz Noquelli. A Secretaria do CEHIDRO destacou aos conselheiros que
163 existem quatro tipologias que classificam a gestão de recursos hídricos nos estados, sendo
164 denominadas A, B, C e D, sendo que a SURH, após a reunião com a ANA, acredita que o Estado de
165 Mato Grosso enquadra-se na B, e que estas metas apresentadas são as metas federativas referentes
166 a esta tipologia. Dando continuidade, o Sr. Luiz Noquelli apresentou as Metas de Gestão das Águas
167 no Sistema Estadual, colocando que são quatro metas, cada qual com um numero de variáveis que
168 se classificam em obrigatório atendimento, obrigatória avaliação da gestão e avaliação não
169 obrigatória, dentro das quais existem níveis a serem atendidos para cada tipologia, o que nos leva
170 novamente à classificação na tipologia B. Apresentou aos conselheiros as variáveis e sua
171 classificação das metas 02 a 05, destacando quantas variáveis devem ser atendidas ate 2014 para
172 cada uma das metas, ponderando que para uma variável ser considerada atingida ela tem que estar
173 no nível definido para a tipologia em que o Estado se encontra, destacando quantas variáveis já
174 possuímos no nível solicitado para a tipologia B e quantos ainda são necessário atender dentro desta
175 meta, comparando-os com a quantidades de variáveis necessárias caso o estado seja enquadrado na
176 tipologia C, destacando que é necessário um grande esforço para se cumprir o determinado para a
177 tipologia C, e o órgão gestor provavelmente não teria condições de atendê-las, o que levaria a uma
178 redução do recurso financeiro repassado nos anos subsequentes. Apresentou o mapa de gestão e
179 destacou ainda que se corre o risco de o Governo cortar ou reduzir o recurso atualmente destinado à
180 gestão de recursos hídricos devido à este repasse da ANA, o que inviabilizaria atender as metas para

a tipologia C, ponderando que o mais adequado é nos classificarmos na tipologia B e assim termos a segurança de atender de forma adequada às metas. O Secretário Executivo destacou que a participação do CEHIDRO é muito importante, pois ele que certificará o cumprimento das metas e funcionará como um órgão fiscalizador. A conselheira Alessandra Panizi questionou se os conselheiros terão acesso à aplicação dos recursos, ao que a Secretaria do CEHIDRO respondeu que é uma decisão do Plenário se deseja ter este acesso ou não, ao que a conselheira Alessandra Panizi ponderou que é importante ter este acesso até para se garantir que o dinheiro seja direcionado ao Programa e que não parta uma ordem dos superiores visando um redirecionamento do recurso, sendo complementada pelo conselheiro Décio Siebert que não se trataria de uma fiscalização, e sim uma parceria entre CEHIDRO e SURH para fortalecê-la. O Secretario Executivo colocou que o CEHIDRO tem o direito de avaliar as contas ate porque os conselheiros que irão certificar o cumprimento das metas e assinam o contrato indiretamente junto com a SEMA, ponderando que é uma responsabilidade da SURH apresentar estes dados e não sendo portanto necessária nenhuma formação de grupo de trabalho ou câmara técnica para este fim. O conselheiro Joilson Fonseca questionou como seria o acompanhamento e o Sr. Luiz Noquelli respondeu que é necessário se marcar uma reunião para a certificação do cumprimento ou não das metas e será apresentado neste momento, para a Plenária, a prestação de contas, sendo complementado pelo Secretario Executivo que caso não sejam cumpridas as metas ou a prestação de contas for considerada insatisfatória, pode ser instituído um grupo de trabalho para acompanhar de forma mais detalhada as contas. O conselheiro Joilson questionou como será feita a aplicação do recurso, e o Sr. Luiz Noquelli respondeu que não existe nenhuma restrição, podendo ser comprados equipamentos, carros, contratados funcionários, consultorias, pagamento de diárias, material de consumo, entre outros. O Secretário Executivo colocou em votação a Resolução nº 59, que Aprovar as Metas de Cooperação Federativa e de Fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos para o período de 2013 a 2017, e a mesma foi aprovada por unanimidade. Nada mais a ser dito, o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 10h 57min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pela Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

JOSÉ ESTEVES DE LACERDA FILHO
Presidente do CEHIDRO

NÉDIO CARLOS PINHEIRO
Secretário Executivo do CEHIDRO

* Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 04.12.2013.

** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.